

**“LOUCOS DE TODO GÊNERO”:
O MANUAL PSIQUIATRIA CLÍNICA E FORENSE DE ANTÔNIO
CARLOS PACHECO E SILVA**

PAULO FERNANDO DE SOUZA CAMPOS

Doutor e Mestre em História pela UNESP, Assis/FAPESP com Pós-Doutorado pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – EE/USP/FAPESP. Professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Santo Amaro – UNISA. Pesquisador do LEER-USP - Núcleo Discriminação e Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento - CISGES/UNISA/CNPq.
E-mail: pfcampos@prof.unisa.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8518-6921>

RESUMO: Nas décadas iniciais do século XX, São Paulo emerge como novo núcleo médico-científico no Brasil. Investimentos, instituições e intelectuais representavam-na pela metáfora cidade-laboratório, parte da propalada supremacia que a destacava internacionalmente. Este artigo remonta o tema por intermédio da publicação do compêndio premiado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo como possibilidade de uma reflexão a mais acerca dos desdobramentos da atuação de seu autor, Antônio Carlos Pacheco e Silva, na história das ciências, da saúde e das doenças, mas também das emoções. As análises reiteram que o manual disseminou constructos eugênicos e organicistas como fundadores da moderna psiquiatria, ao mesmo tempo propagou intolerâncias e exclusões.

PALAVRAS-CHAVE: história das ciências; história da saúde e das doenças; história dos sentimentos; São Paulo.

“MADMEN OF ALL TYPES”: ANTÔNIO CARLOS PACHECO E SILVA’S HANDBOOK CLINICAL AND FORENSIC PSYCHIATRY

ABSTRACT: In the early decades of the 20th century, São Paulo emerged as Brazil's new medical and scientific hub. Investments, institutions and intellectual people represented it by the city-laboratory metaphor, part of the disclosed supremacy which stood out internationally. The current paper deals with the theme through the publication of the awarded compendium by the Medicine School of the University of São Paulo, as a possibility of further reflection on the consequences of the performance of its author, Antônio Carlos Pacheco e Silva, in the history of sciences, of health and diseases, but also of the emotions. The analyses reiterate that the handbook disseminated eugenic and organicist constructs as founders of modern psychiatry, at the same time propagated the intolerances and exclusions.

KEYWORDS: history of science; history of health and diseases; history of sensibilities; São Paulo.

Recebido em: 28/06/2021

Aprovado em: 26/07/2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2021v72p81-106>

Introdução

Antônio Carlos Pacheco e Silva nasceu em 29 de maio de 1898 entre famílias ricas do interior do Estado de São Paulo. Seu principal biógrafo afirma que parentes próximos detinham títulos de nobreza e ocupavam cargos na administração pública recém instaurada. Assim, por sua origem abastada, desde muito cedo foi influenciado pela vida pública, pois “presenciou a força política de sua família no âmbito do poder local, uma vez que alguns de seus parentes ocupavam mandatos eletivos ou exerciam grande influência nos poderes municipais” (TARELOW, 2018, p. 98). Os lastros familiares refletem a trajetória histórica desse homem das elites, médico-político que marcou a história das ciências, da saúde e das doenças, mas também das emoções. Sobre esses atravessamentos é que trata o presente artigo ¹.

A historiografia considera que a medicina paulistana, na década de 1930, politiza-se no pior sentido, isto é, na medida em que se tornou parte de uma prática eleitoreira, voltada para a ampliação do campo de intervenção médica no corpo social, não por interesses técnicos, de organização da saúde pública, mas por promessas e práticas oportunistas, cujas agendas desviavam a medicina para atuações fundadas na “medicalização da sociedade” como forma de reordenação do mundo social (MACHADO, 1978). André Mota (2020) considera que Raul Braga Coutinho inaugura essa “fase politizada da prática médica”, contudo, a trajetória de Pacheco e Silva permite dimensioná-la em relação à “hermenêutica do cotidiano” (DIAS, 1994).

Estudos históricos permitem afirmar que Pacheco e Silva emerge como influente médico psiquiatra da primeira metade do século XX (SOUZA CAMPOS, 2003; FERLA, 2005; TARELOW, 2018). Atuou como diretor de instituições psiquiátricas paulistas, exemplarmente, o Hospital do Juquery,

¹O artigo emerge do estudo em desenvolvimento na Linha 1 – História e Interdisciplinaridade, do Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento – CISGES/UNISA/CNPq vinculado ao Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Santo Amaro – UNISA, São Paulo, intitulado “História da Saúde em São Paulo: intelectuais, compêndios médicos e instituições na Era Vargas” e perpassa a Comunicação Oral “Antonio Carlos Pacheco e Silva: Psiquiatria e Eugenia no combate aos ‘loucos de todo o gênero’ (São Paulo, 1920-1940)” em pareceria com Thayna Alves Rocha, assim como de Lucciano Franco de Lira Siqueira com o trabalho intitulado “De Professora à Esquizofrênica: a loucura feminina no manual Psiquiatria Clínica e Forense de Antonio Carlos Pacheco e Silva” apresentados no Simpósio Temático 1 – História da Loucura do “IV Colóquio de História da Saúde e das Doenças” promovido pelo Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Professores Universitários de História – ANPUH, Regional Goiás e Universidade Federal de Goiás – UFG, em novembro de 2020.

sucedendo seu professor e precursor nos domínios da loucura em São Paulo, Francisco Franco da Rocha (1864-1936). Do mesmo modo, administrou o Sanatório Pinel, em Pirituba, do qual era proprietário, além da Clínica de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Antes, em 1926, fundou a Liga Paulista de Higiene Mental e em parceria com outros médicos presidiu e foi membro de diversas associações e agremiações de saúde no Brasil, representando o país em congressos nacionais e internacionais (SIQUEIRA; MOUCHERECK; ROCHA, 2021; TAVOLARO, 2018; POLUBRIAGINOF, 2016).

Produção intelectual e influência das proposições que divulgava reverberam a exaltação da ideia de “raça pura”. Como médico-político, propunha a regeneração do brasileiro a partir do constructo forjado pela medicina, vale dizer, regenerar a sociedade na ordem e no progresso possibilitados pelas ciências médicas, como base do republicanismo ou sua maior aliada (LUZ, 1982). A atividade médico-política de Pacheco e Silva o autorizava na imposição de regras médico-legais tratadas como condutoras da vida urbana, da modernidade almejada para São Paulo, do progresso nacional. Cientificamente anunciadas e consumidas como mecanismos de intervenção e controle da vida social, suas ações estavam perfeitamente alinhadas à política eleitoreira financiada pelas elites, cujas prerrogativas acentuavam ordens médicas que visavam banir “tipos” desviantes do espaço social autoprojeto por uma “raça de gigantes” (LUCCA, 1999; WEINSTEIN, 2006).

O percurso historiográfico se amálgama às amplas transformações na urbanização da cidade. Com o crescimento econômico, instituições de saúde colaboraram para projetar São Paulo como “megalópole moderna” (SEVCENKO, 1992), núcleo científico e institucional que “concentrou recursos destinados a se qualificar como um ‘centro irradiador’ de capacitação para quadros profissionais” (MARINHO, 2013, p. 14), transformando a cidade em um local imperioso à profissionalização das ciências médicas, à atuação eficaz no controle sanitário, ao desenvolvimento institucional das ciências da saúde (SOUZA CAMPOS; OGUISSO, 2013). Aparato médico, equipamentos, instituições hospitalares, formação acadêmica-profissional configuravam a “cidade-laboratório” em profunda conexão com o lugar de produção, do moderno conhecimento científico do Brasil.

Diante desse quadro, o artigo centraliza as proposições de Pacheco e Silva existentes no compêndio de sua autoria. As análises indagam como as práticas do médico-político atravessam a história no decorrer das décadas de 1920 e 1940, bem como prerrogativas explicitadas no manual interferiram na medicalização da sociedade ao pretenderem eliminar os “loucos de todo gênero”. Mediadas por elos interdisciplinares, as reflexões expostas evocam o manual *Psiquiatria Clínica e Forense* de Pacheco e Silva para, deste modo, colaborar com investigações em torno da influência do médico-político na história das ciências, da saúde e das doenças, mas também das emoções e dos sentimentos em São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

“Cidade-laboratório”: a “superioridade” da ciência médica em São Paulo (1920-1940)

No contexto histórico examinado, a cidade de São Paulo é retratada como palco de diversos eventos que demarcaram transformações políticas, econômicas e sociais no país. A cidade tornou-se o centro da economia brasileira em um período caracterizado por uma ampla modernização dos espaços urbanos, com estabelecimento de fábricas e outros equipamentos que alteraram o reordenamento da vida pública e privada (RIBEIRO, 1989), inclusive, na dimensão dos afetos. Tais acontecimentos influenciaram a mentalidade dos paulistanos, nomeadamente, os pertencentes às elites ascendentes de ricas famílias cafeicultoras ou que enriqueceram com os empreendimentos promovidos no entorno da ordem sonhada para o Estado e sua capital cosmopolita (SEVCENKO, 1992).

Projetada na perspectiva eugenista e organicista, a paulistanidade e seus signatários tinham como missão reconfigurar a cidade, padronizar o comportamento das pessoas que nela viviam por intermédio da “higiene mental”, da contenção do inumano, da eliminação de “degenerados” como propostas oriundas da medicina-legal, isto é, articuladas entre médicos e advogados (SOUZA CAMPOS, 2003; 2013). Nesse bojo, a trajetória médico-política de Pacheco e Silva contribui para o reconhecimento de suas práticas como parte do projeto de modernização da cidade via medicalização da sociedade (MACHADO, 1978) na medida em que os casos que organizam o compêndio permitem inventariar “tipos” que deveriam ser evitados,

estudados, internados, curados ou encarcerados. O manual *Psiquiatria Clínica e Forense* expressa a “moderna psiquiatria paulista” e permite revelar como diagnósticos atravessaram a vida dos “loucos de todo gênero”, vale dizer, mulheres e homens, velhos e crianças, ricos e pobres, brancos e pretos; esses tratados como exemplos máximos da degeneração da raça. Todavia, sua divulgação impacta na produção de sentimentos e amplifica antigos “medos sociais” (MONTEIRO; CARNEIRO, 2013).

Para Marisa Romero, a construção de uma nação civilizada implicava considerar o conjunto da população, impondo às elites políticas e dominantes o encontro de uma solução e que essa resposta inserisse a questão racial no cerne dos debates sobre a reorganização do espaço urbano, em específico, da cidade de São Paulo. Como acentuou a autora, o projeto médico sobre o futuro do Brasil enquadrava o desenvolvimento social segundo o ideal positivista, “pregando o triunfo da raça branca sobre as demais [...] para justificar e impedir a proliferação de degenerados, ou seja, dos que não se enquadravam ao sistema ou resistiam a ele.” (ROMERO, 1996, p. 171).

A prática médica influenciou poderosamente o processo de urbanização da cidade, interferiu na reconfiguração do espaço urbano, nas relações sociais que ocorreram com a medicalização e a higienização de corpos e de espaços na “cidade-laboratório” (LUCCA, 1999; MOTA, 2015). O processo incentivou investimentos nacionais e internacionais voltados à profissionalização e desenvolvimento científico no campo da saúde, urbana e rural, visto que a cidade se tornava centro de produção e referência dos avanços científicos, principalmente em relação à prevenção de doenças epidêmicas.

Conforme destacam Antônio Celso Ferreira e Tania Regina de Luca, com a instauração da República, a cidade de São Paulo é constituída por um aparato médico-sanitário que pretendeu “fazer com que cada indivíduo ocupasse o seu lugar e função com vistas ao funcionamento do ‘corpo social’” (2013, p. 25). A prática, produção e intervenção do saber médico na cidade de São Paulo esboçava a mentalidade das elites letradas na tentativa de controlar o espaço urbano, vale dizer:

Somente com a República São Paulo foi dotado de um efetivo sistema de saúde pública, uma vez que, ao longo do século XIX, não se foi muito além da criação do Instituto Vacínico (1838), responsável pela aplicação da vacinação antivariólica [...]. O quadro alterou-se profundamente na

década seguinte, em consonância com a nova ordem republicana, que passou para a alçada dos Estados as questões relativas à saúde pública. O Serviço Sanitário, organizado entre 1891 e 1892 e reformulado em 1896, subordinava-se à Secretaria do Interior e contava com estrutura organizacional complexa que incluía: Diretoria do Serviço Sanitário, Serviço Geral de Desinfecção, Seção de Estatística Demográfico-Sanitária, Hospital de Isolamento, Hospício de Alienados, Laboratório Químico-Farmacêutico, Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas, Instituto Vacinogênico, continuação do antigo vacínico, e Instituto Bacteriológico. Em 1901 foi criado o Instituto Butantã e, em 1903 inaugurado, o Juquery, destinado aos doentes mentais. Já o Instituto Pasteur data de 1903 e permaneceu como uma instituição privada até 1916, quando seu patrimônio foi doado ao Estado. Em 1894, veio a público o primeiro Código Sanitário (FERREIRA; LUCA, 2013, p. 25).

A ideia de “cidade-laboratório” decorria do aparato institucional voltado para a Saúde Pública existente em São Paulo. Os autores sinalizam para a importância do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia, em específico, na direção clínica de Arnaldo Vieira de Carvalho e a Escola Livre de Farmácia, mas sobretudo às publicações periódicas especializadas, como: Revista Médica de São Paulo, Gazeta Clínica de São Paulo, Anais Paulistas de Medicina e Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo; além de outros movimentos e instituições derivadas desse aparato, como: Serviço de Profilaxia Geral, Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, Liga Pró-Saneamento e a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, que existiu de 1911 a 1913, antecipando a fundação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em 1934 (FERREIRA; LUCA, 2013).

As instituições criadas e mantidas pelo Estado para o tratamento da “doença mental” empregavam práticas médicas pautadas em teorias eugenistas e organicistas importadas do mundo europeu. Os tratamentos propunham acabar com as doenças que se apresentavam e atingiam os trabalhadores, mas também os alvos preferenciais, quais sejam, pretos, pardos e “mulatos” que aterrorizavam as elites brancas, as quais, por sua vez, objetivavam a “regeneração da nação” por intermédio da purificação da raça (SCHWARCZ, 2013). Desta forma, o discurso eugênico e organicista passou a ser compreendido como “tecnologia científica” influente às práticas médicas em diversos setores, desde ações cirúrgicas e sanitárias - psiquiátricas ou não - à organização da vida em sociedade, isto é, como meio para eliminar os “perigos sociais” associados a tipos humanos inferiores, doentios e criminalizáveis.

Na primeira metade do século XX, período de transição para a Era Vargas (1930-1945), a emergência da biotipologia nas ciências biomédicas no país esboça a disciplina como pressuposto, axioma. Buscava-se padronizar e classificar características biológicas e temperamentais dos corpos objetivando a construção do “homem médio brasileiro” a partir do aperfeiçoamento biológico e da hereditariedade constituída (GOMES, 2012). A intervenção das ações médicas na reconstrução e reformulação de São Paulo, pela via da medicalização e normatização dos espaços e corpos, atravessa o período analisado e permite considerar que “o regime Vargas não apenas operou para a centralização da política e da economia, mas também promoveu uma identidade nacional homogênea” (WEINSTEIN, 2006, p. 281).

Em São Paulo, palco da Revolta de 1932 contra o governo vigente, o sentimento de superioridade e a disseminação de um retrato depreciativo dos brasileiros comuns e oriundos de outras regiões do Brasil sublinha a autoprojeção paulista/paulistana, mensagem que transcende “entre grupos além das fronteiras de São Paulo – principalmente ambiciosos profissionais de classe média das faculdades de Direito e Medicina dos centros urbanos do país” (WEINSTEIN, 2006, p. 296). No contexto, o lugar da psiquiatria ganha destaque, pois a medicina mental “vai constituir um discurso sobre todas as instâncias da vida, invadindo a esfera das relações pessoais para moldá-las segundo os propósitos da ordem e da disciplina urbanas” (CUNHA, 1986, p. 35) dinamizando antigas sensibilidades.

Compreendendo a psiquiatria como ferramenta de intervenção social, Antônio Carlos Pacheco e Silva se destaca como incentivador dos preceitos eugênicos, expoente da prática organicista da medicina-legal. Sua obra reitera proposituras que, frente aos anseios da sociedade, evoca a medicina como reformuladora das relações sociais no combate aos loucos que proliferavam na cidade degenerados por suas monstruosidades, figuras abjetas e abomináveis (SOUZA CAMPOS, 2003; FERLA, 2005). A educação eugênica e a prática da higiene mental, sintomaticamente, impactavam no cotidiano excluindo corpos, sexualidades, sentimentos, pois considerados doentios, nocivos. Assim, caberia à medicina o diagnóstico da doença, dos perigos sociais, da destinação institucional dos enfermos criminosos, não obstante, como aportes científicos às ciências jurídicas.

Sua biografia considera que as posições políticas do médico frente à psiquiatria são “elos inseparáveis em sua extensa e diversificada carreira” (TARELOW, 2018, p. 57). Vale dizer, os interesses do médico-político não estavam centrados na organização da saúde pública - ainda que suas ações perpassassem o campo -, mas voltadas para um propósito bem delimitado, qual seja, livrar a “parte sã” da sociedade dos vícios degenerativos atribuídos aos homens e mulheres desajustados, moralmente desviantes, destoantes do que se pretendia para a cidade que mais crescia no Brasil. Estes deveriam ser tratados pela medicina, pois doentes, emocionalmente abalados, assassinos, suicidas, homossexuais, degenerados, “feios e sujos” (FERLA, 2005).

Manual *Psiquiatria Clínica e Forense*: organicismo e eugenia como sentimentos

Ao tratar a história do livro, Roger Chartier afirma que este objeto traz em si uma revolução. De acordo com o autor, até meados de 1450, só era possível reproduzir um texto “copiando-o a mão e de repente uma nova técnica, baseada nos tipos móveis e na prensa, transfigurou a relação com a cultura escrita” (1999, p. 7). Entretanto, salienta que a mudança não diz respeito somente ao modo de produção e reprodução de textos, mas que a industrialização do livro possibilitou um risco, qual seja, pulverizar verdades, construir emoções e pulverizar sentimentos.

Ainda que cada leitor, em cada circunstância, possa ler à sua maneira, a publicação de livros em escala produziu, de acordo com Roger Chartier (1999), comunidades que organizam e reproduzem práticas, representações, imaginários, pois assimilam e disseminam valores, ideias, sensibilidades. No presente estudo, assumido como modelo, daí sua derivação como compêndio, ou seja, síntese de uma corrente teórica, que reverbera uma determinada perspectiva, o livro de Antonio Carlos Pacheco e Silva atravessou a formação de diferentes gerações nas ciências médicas e jurídicas - não somente em São Paulo.

A publicação de *Psiquiatria Clínica e Forense* remonta às origens da produção da literatura médica ou de autoria de médicos brasileiros. Suas edições disseminavam um conhecimento incontestado dada a legitimidade do berço de sua produção, ou seja, a medicina. A publicação médica estabelecia

regras de comportamento ao mesmo tempo em que desvelava tipos, faces e expressões da loucura ao “ilustrar” os casos que escoimam diagnósticos com fotografias nas quais “doentes mentais”, “loucos”, “criminosos natos” e outros desviantes são revelados, aproximando interesses comuns de médicos e advogados. Imagens fotográficas compunham, em alguns casos, peças dos diagnósticos assinados por nomes importantes da medicina paulistana, para além, revelavam tipos anormais, graus de temibilidades, permanências nocivas e existências anômalas na vida social mais ampla, as quais, por sua vez, redimensionavam sensações conhecidas por uma parcela significativa da população, pois excludentes, discriminatórias, intolerantes.

O livro resultava, por assim dizer, da ausência na produção nacional que divulgasse, em língua portuguesa, modernos métodos e tratamentos de “doenças mentais”, em específico, as que poderiam levar a atos delituosos e criminalizáveis. Monografias apresentadas por alunos de cursos de medicina ampliavam o repertório das referências bibliográficas, bem como boletins e periódicos da área médica que circulavam entre os ilustrados; porém, a carência de uma literatura própria conduziu à publicação, em formato coletânea, que reúne estudos anteriores realizados por Pacheco e Silva e médicos próximos a ele. Publicado pela primeira vez em 1940, *Psiquiatria Clínica e Forense* divulga a psiquiatria em suas modernas bases teórico-metodológicas e reúne “vinte anos de atividades nos mais variados setores da psiquiatria clínica, didática, forense e social” (PACHECO E SILVA, 1951, p. 12).

Encimando os capítulos que organizam a publicação é apresentada uma extensa bibliografia do autor em uma lista de 113 produções organizadas por ano de publicação, além de acrescentar a menção: “Discursos vários, conferências e artigos esparsos na imprensa médica e leiga”. Dedicado aos seus alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e da Escola Paulista de Medicina, contou com o parecer da “Comissão de Professores” incumbida de estudar os originais, cujo resultado “mereceu favores do artigo 292 do regulamento [...] aprovado unanimemente pela Congregação em sessão extraordinária de 24 de janeiro de 1940” (PACHECO E SILVA, 1940). Por não haver publicações suficientes para suprir a demanda nacional por referências no campo, *Psiquiatria Clínica e Forense* foi amplamente divulgado e utilizado por alunos em cursos de graduação em

Medicina e Direito, bem como nas especializações que aproximam os dois saberes.

O parecer assinado por A. de Almeida Prado, Flávio Fávero e Adherbal Tolosa reitera a escassez de obras de caráter didático no Brasil. A questão impunha importar manuais e tratados estrangeiros para a formação profissional e científica instituída nas universidades e cursos existentes na área médico-legal. Mesmo que o texto publicado como parecer indique o nacionalismo na ciência como danoso, os ilustres médicos mencionam “se faz necessário estimular a produção local, pôr ao alcance do estudante livros acessíveis a todas as posses”, isto é, disseminar mais facilmente os resultados de estudos “das nossas cousas, vistas pelo ângulo pelo qual se apresentam no ambiente brasileiro.” (PACHECO E SILVA, 1940, p. 15).

Na publicação de 1951, a organização dos textos evidencia um índice com 47 capítulos “ilustrados” por fotografias que serviam, didaticamente, como possibilidade de observação dos sinais degenerativos dos “loucos de todo gênero”. Faces, formas de existir, corpos - registros de uma construção idealizada de normalidade, de sanidade mental – diagnósticos, exames médicos, histórias pessoais, memórias fragmentárias e outros sinais emergem de suas páginas e desvelam a “insanidade” produzida pela miscigenação das raças, geradora da pobreza, da marginalidade. Ainda que pessoas de posses, brancas e oriundas de famílias abastadas fossem incluídas no rol dos loucos, a estes o destino reservava outros desígnios como a saída dos espaços manicomiais, a retomada de suas vidas, a cura; algo que não ocorria com a imensa maioria de pretos e pobres, como reitera Maria Clementina Pereira Cunha (1986).

Entre 66 fotografias publicadas que “ilustram” o material de pesquisa, destacam-se imagens de instituições criadas para a contenção do inumano, dos degenerados, dos loucos perigosos, exemplarmente, o Hospital do Juquery. Equipamentos, prédios e instalações modernizados durante a gestão de Pacheco e Silva, nos anos em que foi diretor, são revelados por intermédio de panorâmicas do Manicômio Judiciário e da Escola Pacheco e Silva “para meninos desajustados”, por exemplo, assim como por protocolos médicos, modelos de fichas e outros recursos tipográficos para anotações, medidas, escalas e outros indicadores usados no campo da medicina-legal, da biotipologia e disciplinas correlatas.

O uso da fotografia como “ilustração” caracteriza o que pesquisas sobre o tema permitem considerar, ou seja, as imagens captadas no instantâneo da foto eram imaginadas como puros testemunhos empíricos e autoevidentes. Nas décadas iniciais do século XX, era mais do que recorrente considerar a imagem fotográfica como isenta de manipulações de ângulos, posições, distorções, produções. Mesmo que fossem considerados, tais arranjos, ainda assim, serviriam para amplificar os significados atribuídos como aconteceu com o caso E. R., diagnosticada por seu “homossexualismo feminino”, cuja imagem fotográfica revela a paciente posando trajada de mulher e homem ou como no caso de Preto Amaral, clicado de frente e perfil. Os casos traduzem a loucura moral e o controle dos corpos, revelam suas expressões como evidências incontestes da degeneração da raça (SOUZA CAMPOS, 2003).

De acordo com os estudiosos que tratam o tema, o uso da fotografia no período em análise destinava-se a “ilustrar, corroborar, completar ou, eventualmente, matizar enunciados” que outras fontes pretendiam evidenciar ou fazer conhecer. A fotografia equivalia a uma verdade visível, uma realidade passível de ser aprendida pela revelação própria do instante congelado, isto é, como “receptáculo de informações empíricas do referido externo” (LIMA; CARVALHO, 1997. p. 14). Não por acaso, o uso massivo de imagens autorizava o caráter didático da obra, ou seja, destinado a instruir o leitor a identificar a face insana, criminoso e doente pulverizando diferentes sensações e emoções. O compêndio, um álbum dos “loucos de todo gênero”, desviantes, sentenciados, “paranoicos”, perigosos, psicopatas, epiléticos, “invertidos”, sádicos, necrófilos, nomenclaturas atribuídas aos considerados anormais, revelava as expressões da insanidade, da loucura criminoso, da anormalidade que impediria o Brasil de avançar enquanto nação.

A utilização da fotografia e sua reprodução em massa é denominada como singular para a transmissão dos acontecimentos, pois funda uma percepção das coisas e dos fatos nem sempre correspondentes (KOSSOY, 2001). De acordo com os estudiosos, seu uso passou a emitir significados múltiplos servindo para diferentes projetos de dominação. Como instrumento político, permitiu que o *outro* indesejado fosse visualizado, apreendido, no caso, a foto fabricava a imagem do desviante, pois tratada como “reflexo concreto do mundo no qual cada um vive” (FREUND, 1989, p. 154).

Pautado em teorias eugenistas e organicistas, em suas formas restritiva e construtiva, os conteúdos do manual divulgavam meios para identificar tipos de doenças que poderiam resultar em perigos sociais. Para tanto, indicavam tratamentos e destinações para cada tipo de loucura ou delito derivado do adoecimento mental, bem como práticas a serem adotadas, entre as quais: esterilização compulsória dos considerados anormais; exame pré-nupcial; interdição de bens dos “alienados”; seleção racial de imigrantes; identificação de comportamentos imorais, degenerativos, desviantes ou criminalizáveis.

A influência do eugenismo e do organicismo na prática psiquiátrica no decorrer das décadas de 1920 e 1940 permite considerar o compêndio *Psiquiatria Clínica e Forense* como divulgador das bases da medicina mental proposta como moderna, visto que os discursos presentes no contexto evidenciam a ideia de degeneração da raça como uma das causas dos transtornos mentais, os quais, por sua vez, atravessavam a organização social. Mesmo que em desuso na Europa, dado às críticas de Alexandre Lacassagne (1843-1924), as proposituras de Cesare Lombroso (1835-1909) sobre o criminoso nato serviam perfeitamente ao ensejo das elites políticas e dominantes sobre a degeneração e o desvio moral congênito (SOUZA CAMPOS, 2003), pois inquestionáveis, as representações produzidas pela teoria da degeneração da raça passaram a ser consensuais, reiterando a ideia de inferioridade como algo natural. Todavia, em alguns casos, a “doença mental” era tratada de outro modo para aqueles que tinham como pagar por tratamentos em espaços destinados às classes abastadas, que também “enlouqueciam” na cidade. O Hospício Pinel, em Pirituba e o Instituto Paulista são reveladores deste quadro.

O projeto civilizador proposto pelos republicanos implicava na biologização dos comportamentos e das emoções. Para as elites intelectuais e no poder, a imensa maioria da população brasileira era atrasada mentalmente, sem possuir “o poder do raciocínio”, necessitando, para tanto, ser guiada pela razão de quem sabia raciocinar: os homens. A teoria da degenerescência da raça, que sistematicamente presidia as práticas e o saber psiquiátrico em São Paulo, apontava para formas de intervenção médica que ultrapassavam a preocupação imediata com o indivíduo, lançando-se às tarefas da normalização do “corpo social”. Os lugares de maior incidência da intervenção, nestes termos, não poderiam ser outro senão o mundo pobre e

criminalizável em que viviam os despossuídos nas primeiras décadas do século XX (BIRMAN, 1978; FERLA, 2005).

Ao propor “melhorar a raça, não só sob o ponto de vista físico como também psíquico” (PACHECO E SILVA, 1951, p. 200), o livro divulgou as bases da ciência eugênica e organicista e cristalizou sentimentos nocivos, que atingiam corpos que não se enquadravam na moral vigente. Partindo de tais preceitos, a prática psiquiátrica divulgada no material analisado objetivava o afastamento dos criminosos natos e incentivava a segregação de “tipos anormais” como meio para “evitar a procriação dos indivíduos fadados a uma prole degenerada.” (PACHECO E SILVA, 1951, p. 201). Para o médico-político, a supressão dos “indesejáveis” e a educação moral permitiria “purificar” a raça brasileira em desenvolvimento. Em suas edições identifica-se essa “urgência em combater a degeneração” através, nomeadamente, das legendas e títulos das fotografias como a que segue, intitulada: “Grupo de idiotas apresentando estigmas degenerativos.”

Fotografia 1



Fonte: PACHECO E SILVA, 1951, p. 464.

Em nome da “regeneração” da população brasileira e com base em preceitos eugenistas, o compêndio *Psiquiatria Clínica e Forense* ganha destaque no meio científico médico e jurídico. Premiado em 1951 pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e pela Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, período em que ganha sua segunda edição, o livro tem ampliado o número de casos e capítulos. Na

edição de 1951 é possível identificar 50 casos em 51 capítulos e no original, de 1940, são apresentados 48 casos. Assim, os “casos ilustrativos” que as fotografias evocam, tratados como indícios históricos e sociais, permitem destacar a miscigenação como sinal diagnosticável da degenerescência (SIQUEIRA; ROCHA, 2020), deste modo, da repulsa, do medo, da vergonha.

As diferentes edições permitem observar mudanças na organização dos capítulos, nos títulos que anunciam os temas tratados pelo médico. As alterações amplificavam os pressupostos da “medicalização da sociedade” (MACHADO, 1978) com atualizações, inclusões de novas fotografias e diagnósticos dos casos ilustrativos de anomalias, bem como a escrita dos prefácios. Na teoria e na prática, deduzia-se que as origens dos transtornos mentais provinham de causas orgânicas, cujo meio social favoreceria as eclosões da insanidade; assim, muitos diagnósticos dos casos apresentados foram desenvolvidos a partir das seguintes variáveis: idade, “raças”, profissão, sexo, estado civil, crença religiosa, nacionalidade, local ou cidade de proveniência, além dos antecedentes familiares, pois “os dados descritos nestes espaços buscavam legitimar as ideias de que a loucura era fruto de degenerações ou mesmo heranças genéticas” (TARELOW, 2013, p. 98).

Os casos apresentados na publicação de 1951 seguiam um padrão que incluía os seguintes itens: qualificação, antecedentes hereditários, antecedentes pessoais, fatos, exame somático, exame neurológico, exame psíquico, “exames paraclínicos”, além das respostas aos quesitos apresentados por juízes, quando o caso assim exigisse. Vale destacar que diagnósticos, estudos e descrição de patologias presentes no compêndio serviram para a interdição e internação em hospitais psiquiátricos e Manicômio Judiciário. Embasados na interpretação eugênica, atrelada às próprias concepções morais e raciais de Pacheco e Silva, as ações do médico-político refletiam ideais da burguesia paulista - da qual fazia parte. Para o autor, São Paulo seria o berço da “raça de gigantes” por conta da qualidade de sua população, dos equipamentos de saúde existentes, da administração científica da cidade-laboratório: a que mais crescia na América Latina.

“Loucos de todo gênero”: a “doença mental” como impedimento à ordem e ao progresso

O modelo psiquiátrico pautado na eugenia e no organicismo ganha espaço no decorrer das décadas de 1920 a 1940, tanto nos diagnósticos dos pacientes analisados pelos psiquiatras, quanto na produção científica do país. Tais preceitos foram influentes nas propostas de reformulação do espaço urbano e da vida social paulistana nas primeiras décadas da República, idealizados nas bases científicas de regeneração da população afetada pelos efeitos negativos da miscigenação (ROMERO, 1996; SOUZA CAMPOS, 2003). A psiquiatria tinha o papel de educar, avaliar e diagnosticar doenças que impediriam a ordem e o progresso social almejados; assim, de acordo com o proposto no capítulo “Interdição dos alienados. Loucos de todo gênero. Curatela. Cessação a incapacidade” é possível observar o impacto da medicina em todos os âmbitos das práticas e sujeitos sociais.

Por desgosto ou vergonha familiar, os casos descortinam a vida cidadina e amplificam os impactos das proposições médico-políticas na reorganização da vida social em São Paulo, significativamente, em um contexto de grandes negociações, transação de valores, vultosos recursos públicos, entrada massiva de divisas, entre outras movimentações financeiras que mobilizavam a construção de fábricas, casas, prédios públicos, ruas e avenidas, remodelando não somente o centro da cidade, mas antigos “medos sociais” (MONTEIRO; CARNEIRO, 2013), agora tratados no âmbito da medicina-legal, da psiquiatria clínica e forense.

Os pedidos de interdição, ato judicial no qual a autoridade competente retira de alguém a livre disposição de seus bens e o direito de praticar qualquer ato jurídico, evocam, particularmente, a dimensão dos investimentos que remodelaram a vida urbana em São Paulo. A cidade, no contexto histórico delimitado, é revelada pela historiografia como um espaço em constante mudança, com uma população adensada por migrantes e imigrantes que chegavam às levas, com sucessivas transformações em espaços de trabalho, meios de locomoção, habitação, que alteravam formas de sentir as mudanças processadas no cotidiano da cidade tratada como local da produção e divulgação do conhecimento, mas também das lógicas dissonantes que atravessam a organização da sociedade de classe (BRESCIANI, 1994; FAUSTO, 2001).

Em um cenário descrito como de imprevisibilidades, os negócios gerados pela crescente urbanização como construção de linhas férreas, novos

edifícios públicos, residências para os refinados, prédios de apartamentos, alargamento de ruas, remodelação do centro da cidade, criação de novos bairros e outros empreendimentos promoviam um ambiente de altas transações financeiras e geradoras de trabalho, que exigiam mão de obra qualificada. A capacidade e os incentivos no campo da saúde faziam da “cidade-laboratório” um espaço que se firmava pela ciência e para o qual foram destinados significativos valores oriundos de acordos bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, por exemplo. Conforme destacam Cristina de Campos e Maria Gabriela S. M. C. Marinho (2015), por intermédio da Fundação Rockefeller, especificamente, do *International Health Board*, São Paulo recebeu incentivos financeiros que sustentaram a construção da cidade como um polo de experimentação na América Latina, de implantação de políticas de erradicação da pobreza via promoção de ações de saúde devido aos equipamentos e profissionais existentes na cidade intelectualizada e institucionalizada.

Todavia, a movimentação financeira fazia da cidade um lugar de especulação, isto é, de operações financeiras que visavam obter lucros sobre valores sujeitos à oscilação de mercado. Não obstante, o vaivém de produtos e pessoas possibilitavam uma série de contravenções, enriquecimentos rápidos, chances arriscadas que exigiam altos investimentos, pois gente de todo o mundo transitava pela cidade. Em um dos casos publicados no manual, identificado como “Caso N° 41”, Pacheco e Silva destaca o exame mental de uma antiga interdita, caracterizando-o como um pedido de levantamento de interdição por haverem cessado os motivos inicialmente atribuídos como impossibilitadores da capacidade civil da diagnosticada como “doente mental”. Sintomaticamente, o caso remonta à história de uma mulher rica, incapacitada a certos atos da vida civil.

Assinado pelos “Drs. A. C. Pacheco e Silva e Mario de Gouvêa, diretor geral e alienista da Assistência aos Psicopatas do Estado de São Paulo, como peritos nomeados pelo Exmo. Snr. Dr. Francisco Meirelles dos Santos, M. Juiz de Direito da Segunda Vara de Órfãos [...]” (PACHECO E SILVA, 1940, p. 528), o caso remonta a experiência de “Dona A. B. A. B.”, de 64 anos de idade, branca, brasileira, viúva, residente à Alameda Barão do Rio Branco, no elegante bairro dos Campos Elíseos. O exame médico-legal requerido evidencia o seu histórico indicando que “A 11 de abril de 1930, o Dr. M. E. Q., advogado e

procurador do Dr. J. E. A. B., marido da paciente, requereu ao M. Juiz de Direito da Segunda Vara de Órfãos a interdição da mesma, que se encontrava naquela época recolhida ao Instituto Paulista.” (PACHECO E SILVA, 1940, p. 529).

Inaugurado em 2 de outubro de 1910, o Instituto Paulista compunha um complexo hospitalar com vários prédios, que atendiam diferentes especialidades da medicina. A iniciativa desta construção é atribuída a Antônio Candido de Camargo, Diretor-Presidente, e L. F. Baeta Neves, Diretor-Gerente. O hospital mantinha um prédio destinado à cirurgia e moléstias gerais e não contagiosas, com 40 quartos e 3 salas cirúrgicas. Outro edifício, voltado para doenças mentais, com 38 quartos e um hotel, com 23 quartos para hospedagem de hóspedes convalescentes e pessoas que acompanhavam os enfermos, compunham o espaço privado que atendia às elites endinheiradas não somente de São Paulo, mas do interior do Estado e de outras localidades do Brasil, como evidenciado no compêndio.

Dos registros médicos anexados ao diagnóstico, destacadamente o exame psíquico da viúva interdita, emergem diferenças no tratamento para pessoas ricas. O tom cordial, respeitoso, amável, destoa do que a historiografia clássica sobre o tema - assim como sua atualização - permite considerar, vale dizer, nem todos eram tratados com a cordialidade que o caso evoca, ao contrário. O registro que menciona “a observação redigida por um dos peritos e existente no Arquivo Clínico do Sanatório Pínel” assim informa sobre o caso:

Esta senhora, que nunca apresentou distúrbios mentais até julho de 1929, conta na família alguns casos de neuro e psicopatias. Extremamente dedicada aos filhos, Dona A. foi esposa exemplar, revelando sempre inteligência clara e lúcida. Durante toda a vida apresentou irregularidade na menstruação, chegando, certa vez, a passar cerca de 6 meses sem ter fluxo menstrual. Outras vezes apresentava grandes metrorragias. Aos 43 anos engravidou, pela segunda vez deu à luz a gêmeos, um dos quais faleceu logo após o parto. Teve então uma infecção puerperal, ficando em estado grave, sendo obrigada a guardar o leito por longo tempo. A moléstia atual se iniciou em julho de 1929, depois de vários abalos morais, por agitação psico-motora, sucedendo-se forte depressão, com idéias de suicídio, razão por que foi recolhida ao Instituto Paulista, onde foi feito o diagnóstico de melancolia. (PACHECO E SILVA, 1940, p. 529)

Oriunda de uma classe social abastada, o caso permite ampliar as inferências no que se refere ao organicismo atribuído ao corpo da mulher, sua fisiologia (MARTINS, 2004). Todavia, os indícios permitem considerar que se

tratava de um casal possuidor de imóveis, isto é, proprietários, pessoas que deveriam por obrigação manter boas condições de saúde como descrito nos registros médicos. O marido, mesmo falecido, mantinha advogado e procurador, muito provavelmente devido a acordos ou manutenção das finanças da família, assim, como esposa de um homem de negócios, devido ao seu estado mental, a jovem senhora deveria ser interditada. A condição psicopatológica de “Dona A. B. A. B.” poderia significar prejuízos aos negócios e a internação no Instituto Paulista, ainda que destinado aos ricos e endinheirados, anuviaria investimentos, ações financeiras, de mercado, ao patrimônio deixado pelo marido; além do risco de novo matrimônio.

Decorridos nove meses de internação no Instituto Paulista, o advogado pede juridicamente a interdição da esposa de seu cliente falecido. Assim, “Deferido aquele requerimento, os peritos nomeados, Drs. E. Vampré e Hermenegildo Urbina Telles, concluíram pela incapacidade civil de Dona A. B. A. B. que apresentava perturbações mentais que se enquadravam no grupo da melancolia ansiosa” (PACHECO E SILVA, 1940, p. 529). Sentenciada pelo Dr. João Manuel Carneiro Lacerda, juiz de direito substituto da Segunda Vara de Órfãos, aos 4 de junho de 1930, o termo da lei a incapacitava civilmente.

Dois anos e três meses de internação no Instituto Paulista levaram a jovem senhora para o Sanatório Pinel, em Pirituba, no qual permaneceu por mais quatro anos, a saber, de outubro de 1931 a janeiro de 1935. Nascida em 1871, em sua primeira internação, em 1929, aos 58 anos de idade, recebeu o diagnóstico de “melancolia” e seu tratamento, como destacado, evoca a passagem por espaços hospitalares privados, nos quais somente alguns poucos teriam como pagar. O histórico revela que “a paciente permaneceu no Instituto Paulista até 20 de outubro de 1931, data em que foi removida para o Sanatório Pinel, em Pirituba, de onde saiu com alta, restabelecida, aos 22 de janeiro do corrente ano [1935].” (PACHECO E SILVA, 1940, p. 529).

Construído na antiga Fazenda Anastácio, fundado em 1929, o Sanatório Pinel, em Pirituba, tinha à frente do empreendimento Antônio Carlos Pacheco e Silva. De caráter privado, o objetivo era atender famílias com alto poder aquisitivo, ou seja, cujos tratamentos eram distintos e diametralmente opostos aos que o mesmo médico aplicava a internos do Hospital do Juquery: espaço público que atendia desvalidos, desenraizados, pessoas que viviam da mão para a boca. Para esses, não havia possibilidade de cura, não havia

abrandamento no tratamento, tampouco, cordialidade. Como permite considerar os registros de exame psíquico os horrores da vida intramuros, ao que tudo indica, não ocorreram com a jovem viúva interdita:

Aos poucos, a sintomatologia ruidosa desapareceu, para dar lugar ao quadro atual. A paciente se apresentava, ao ser recolhida ao Sanatório Pinel, como uma pessoa normal, notando-se-lhe apenas certa apatia, indiferentismo e desapêgo aos filhos. Em resumo, uma verdadeira anestesia afetiva. Pouco se lhe dava viver em casa, neste ou naquele Sanatório. Não tinha, segundo ela mesma afirmava, alegria nem tristeza, percebendo que fato algum alterava a sua emotividade. Perdeu, ela que era muito religiosa, toda a fé, ia a Capela sem vontade, apenas para passear, porque não via utilidade nas preces. Em novembro de 1934, a paciente foi melhorando do estado geral e as melhoras físicas se acompanharam de modificação do estado mental. Desapareceu a anestesia afetiva em que vivia, foi-se interessando pela sua situação, mantendo constante comunicação com a família, manifestando vontade de sair. Queria deixar o hospital para retomar as suas funções de mãe e de família. Não se conforma com a situação de interdita. (PACHECO E SILVA, 1940, p. 529-30)

O caso N^o. 40 evoca a distinção que se fazia entre pessoas e lugares na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Como uma mulher rica, branca, privilegiada, “Dona A. B. A. B.” não sucumbiu à loucura; não perdeu seus valores, não morreu à mingua como ocorria com a imensa maioria dos que não podiam pagar por tratamentos caros, realizados em hospitais privados para “doentes mentais”, mas levados à força para hospícios públicos como destaca Maria Clementina Pereira Cunha (1986). Ao contrário, a representante das elites paulistanas retoma sua vida como informa a documentação:

Fora do Sanatório, a paciente retornou a sua vida anterior, visitando parentes, interessando-se por tudo, sem revelar o menor distúrbio mental, conforme verificaram os peritos pelos exames que a submeteram. A paciente está perfeitamente lúcida, associando bem as idéias, revelando critério nos propósitos, não se observando o síndrome melancólico descrito linhas atrás. Tendo, assim, cessado os sintomas assinalados no laudo de fls. 7 e 8, julgam os peritos que a paciente está agora em condições de voltar a gerir sua pessoa e administrar seus bens. São Paulo, 16 de fevereiro de 1935. (PACHECO E SILVA, 1940, p. 530)

Se ricos e brancos tinham a sorte de retomar a vida, o mesmo não acontecia com pessoas comuns, pobres e pretas. Como assevera Margareth Rago ao interpretar as expectativas da desodorização do espaço urbano, “na cidade moderna [...] os vizinhos já não se conhecem, não se pode confiar em quem está do lado, os sentimentos se tornam mais superficiais, os antigos laços de solidariedade se rompem, a vida já não é mais como antes.” (1987, p.

12). As análises permitem supor que os valores burgueses se desdobravam em múltiplas estratégias de disciplinarização, mecanismos de controle e vigilância como dispositivos de poder, os quais pretendiam redefinir comportamentos e hábitos considerados nocivos à vida social mais ampla, não obstante, atravessavam o cotidiano e produziam novas sensibilidades, as quais, tratadas como indícios, ampliam o ofício do historiador (SANT'ANNA, 2013; GARRIDO OTOYA, 2020; MAZUREL; DELUEMOZ, 2020).

Ana Paula Vosne Martins (2012, ao tratar as emoções como paradigma, sintetiza que a história dos sentimentos permite acessar práticas políticas e sociais. O percurso possibilita considerar que o controle das sensibilidades, sejam individuais ou coletivas, se tornou crucial em São Paulo, pois suas manifestações não deveriam pôr em risco o conjunto da sociedade, a organização preconizada pelos grupos no poder, impondo, como avalia Pierre Ansart (2019), a tarefa de “gerir as paixões”. Os sentimentos e o estudo de suas manifestações dimensionaram o campo epistemológico que Peter Stearns identificou como “*emotionology*” (1985), cujos vestígios são encontrados nos diagnósticos médicos, visto que expressam, em suas narrativas, a experiência de comunidades emocionais.

Selvagens, ignorantes, incivilizados, rudes, imorais, tais representações determinavam verdades absolutas. Combater os “loucos de todos os gêneros” seria a única via capaz de alcançar a civilização e a ordem social propostas e idealizadas, tema ganha interesse político e um capítulo é dedicado para o esclarecimento do assunto, no qual Pacheco e Silva afirma: “Não há hoje centro civilizado do mundo onde a higiene mental não seja objeto da mais cuidadosa atenção, pois que estudos modernos vieram demonstrar a possibilidade de se evitarem, por meio de medidas preventivas, determinadas moléstias nervosas e mentais.” (PACHECO E SILVA, 1951, p. 197).

A historiografia analisada aponta o impacto da higiene mental como mecanismo indissociável do processo de hierarquização social, incentivando a educação física, moral e sexual como determinantes à sanidade dos indivíduos objetivando, assim, reproduzir “guardiões de proles sãs e ‘raças puras’” (COSTA, 1979, p. 14). Com a instauração da República, como afirma Maria Clementina Pereira Cunha, “autorizada por seu caráter científico, a medicina higiênica – como a medicina mental – vai constituir um discurso sobre todas as instâncias da vida, invadindo a esfera das relações pessoais para

“moldá-las segundo os propósitos da ordem e da disciplina urbana.” (1986, p. 35).

As novas sensibilidades ampliaram os domínios da medicina-legal. O crescimento dos centros urbanos, o fluxo de pessoas que passavam a compor seus espaços, bem como a reprodução de valores citadinos copiados do mundo europeu - vida noturna, teatros, cafés, cinemas - poderiam afetar a saúde mental das pessoas, produzir estímulos tratados como doentios e criminalizáveis, preconiza o manual. Ordem e progresso deveriam passar pela aprovação dos homens de ciência, parte da tentativa de controle da vida social em todas as suas dimensões.

Isto revela que a República, no tocante ao aparato do controle social, inaugurou um novo perfil não só das questões específicas da loucura, da criminalidade, da assistência aos menores, aos mendigos e inválidos, mas colocou também como parte de sua agenda política a organização da sociedade na qual as instituições de um modo geral, sobretudo as conduzidas pelo Estado, teriam um papel igual ou mesmo de maior importância que outros setores. Ao que se julgava desorganização, obscurantismo e “primarismo” presentes nas instituições herdadas do Império, os republicanos, de modo claro ou não, vão contrapor o discurso da iluminação pela razão, pela ciência, de todos os domínios da sociedade. Isto significava que cada setor, cada aspecto da vida social deveria ser recoberto pelas leis inquestionáveis da ciência que o “progresso” no período tornava evidente. (SALLA, 1999. p. 146).

Os diagnósticos publicados no manual demarcam o caráter organicista e eugenista da psiquiatria paulista e evidenciam a medicalização dos corpos e das mentes nas origens da República. As preocupações presentes na obra do médico-político incentivavam ações centradas no combate aos “loucos”, “degenerados”, “anormais”, não somente em relação ao crescimento econômico e social, visto que esses “viviam ociosos”, não trabalhavam, ficavam “vagabundeando pela cidade”, identificados como “corpos perigosos”, entraves para a ordem dos espíritos e o progresso material projetado para São Paulo, espelho do Brasil, mas em relação aos afetos.

Considerações Finais

A trajetória médico-política de Antônio Carlos Pacheco e Silva é marcada pela divulgação de um conhecimento eugenista e organicista como insumo de ciências essencialmente disciplinadoras e moralistas, fundantes da psiquiatria praticada em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. O

manual o projeta na história das ciências, da saúde e das doenças como um dos maiores divulgadores do combate aos “loucos de todo gênero”, tipos anormais criminalizáveis, desviantes das condutas morais impostas por ordens médicas tratadas como necessárias ao aparo jurídico. Nesse processo, suas propostas disseminavam antigos sentimentos de exclusão, discriminação e intolerância transformados pela ciência médica.

Pressupostos médico-legais disseminados pelo manual classificaram como “doentes mentais” pessoas que viveram um momento singular da história de São Paulo. Ao invadirem o cotidiano, as narrativas que os casos evocam permitem dimensionar os impactos históricos das proposições do médico-político na fabricação dos sentimentos, na ideia de cidade como espaço produtor do moderno conhecimento científico, acadêmico, lugar de cura à determinadas patologias mentais manifestas na convivência entre corpos que importavam e que não importavam - esses permanentemente perseguidos, tutelados e encarcerados.

Bibliografia

ANSART, P. **La Gestion des Passions Politiques**. Pratiques des sciences de l'homme. Paris: L'age d'homme, 1983.

BIRMAN, J. **A Psiquiatria como Discurso da Moralidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

BRESCIANI, M. S. M. **Imagens da Cidade**: séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero, 1994.

CAMPOS, C. de; MARINHO, M. G. S. M. C. A Fundação Rockefeller e a Institucionalização da Higiene em São Paulo. Da Cadeira ao Instituto de Higiene (1918-1922). In: MOTA, A.; MARINHO, M. G. S. M. C.; CAMPOS, C. de (Orgs.). **Racionalidades em Disputa**. Intervenções da Fundação Rockefeller na Ciência, Medicina e Práticas Médicas do Brasil e América Latina. São Paulo: FMUSP/UFABC/Casa de Soluções e Editora, 2015. pp. 11-34.

CHARTIER, R. **A Aventura do Livro**. Do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, J. F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CUNHA, M. C. P. **O Espelho do Mundo**: Juquery, a História de um Asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DIAS, M. O. L. da S. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 2, pp. 373-382, 1994. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16219> . Acesso em: 12/05/2020.

FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano**. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FERLA, L. A. C. **Feios, Sujos e Malvados sob Medida**: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, Brasil, 2005.

FERREIRA, A. C.; LUCA, T. R. de. Medicina e Práticas Médicas em São Paulo: uma introdução. In: MOTA, A.; MARINHO, M. G. S. M. C. (Orgs.). **Práticas Médicas e de Saúde nos Municípios Paulistas**: a História e suas interfaces. São Paulo: FMUSP/UFABC/Casa de Soluções e Editora, 2013. pp. 15-36.

FREUND, G. **Fotografia e Sociedade**. Lisboa: Vega, 1989.

GOMES, A. C. V. A emergência da biotipologia no Brasil: medir e classificar a morfologia, a fisiologia e o temperamento do brasileiro na década de 1930. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 3, pp. 705-719, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n3/a06v7n3.pdf> . Acesso em: 08/07/2020.

GARRIDO OTOYA, M. Historia de las emociones y los sentimientos: aprendizajes y preguntas desde América Latina. **Historia Crítica**, Bogotá, n. 78, p. 9-23, 2020. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/journal/histcrit> . Acesso em: 15/12/2020.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LIMA, S. F. de; CARVALHO, V. C. de. **Fotografia e Cidade**. Da razão urbana à lógica de consumo. Álbuns de São Paulo (1887-1954) Campinas: Mercado das Letras, 1997.

LUCCA, T. R. de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: UNESP, 1998.

LUZ, M. **Medicina e Ordem Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MACHADO, R. **Danação da Norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARINHO, M. G. S. M. C. Difundir a Ciência, Modernizar a Medicina. Pactos para uma Nova Racionalidade Médica. São Paulo, 1916-1925. In: MARINHO, M. G. S. M. C.; MOTA, A.; (orgs.). **Caminhos e Trajetos da Filantropia científica em São Paulo**: A Fundação Rockefeller e suas Articulações no Ensino, Pesquisa e Assistência para a Medicina e Saúde (1916-1952). São Paulo: USP, Faculdade de Medicina, 2013. pp. 13-35.

MARTINS, A. P. V. A utopia amorosa de Jules Michelet. In: BREPOHL, M.; CAPRARO, A. M.; GARRAFFONI, R. S. (orgs.) **Sentimentos na História**: linguagens, práticas, emoções. Curitiba: Ed. da UFPR, 2012. pp. 153-181.

MARTINS, A. P. V. **Visões do Feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

MAZUREL, H.; DELUEMOZ, Q. The History of Sensibilities: A Borderline Territory? **Critical Hermeneutics**, Cagliari, v.3, n. 1, pp. 125-170, 2019. Disponível

em: <https://ojs.unica.it/index.php/ecch/article/view/3878>. Acesso em: 17 nov. 2020

MONTEIRO, Y. N.; CARNEIRO, M. L. T. **As Doenças e os Medos Sociais**. São Paulo: UNIFESP, 2013.

MOTA, A. História da Saúde em São Paulo. In: SEMINÁRIO HISTÓRIA DA SAÚDE EM SÃO PAULO: INTELLECTUAIS, COMPÊNDIOS MÉDICOS E INSTITUIÇÕES NA ERA VARGAS, 1., 2020, São Paulo. **Atas** [...]. São Paulo: Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento – CISGES/UNISA/CNPq, 2020.

MOTA, A. **Tropeços da Medicina Bandeirante: Medicina Paulista entre 1892-1920**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

PACHECO E SILVA, A. C. **Psiquiatria Clínica e Forense**. São Paulo: Editora Nacional, 1940.

PACHECO E SILVA, A. C. **Psiquiatria Clínica e Forense**. São Paulo: Renascença, 1951.

POLUBRIAGINOF, C. **Liga Brasileira de Hygiene Mental: representações do feminino no discurso médico psiquiátrico (1923-1947)**. Dissertação, PPGMICH-UNISA, São Paulo, Brasil, 2016.

RAGO, M. **Do Cabaré ao Lar**. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RIBEIRO, M. A. R. Fábrica e Cidade. In: **Trabalhadores**. Campinas: Publ. da Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth/SMCET/PM Campinas, 1989. pp. 02-22.

ROMERO, M. As normas médicas em São Paulo. 1889-1930. **Projeto História (PUCSP)**, São Paulo, n. 13, pp. 167-172, 1996.

SALLA, F. **As Prisões em São Paulo 1822-1940**. São Paulo: Annablume, 1999.

SANT'ANNA, D. B. de. Masculinidade e Virilidade entre a Belle Époque e a República. In: DEL PRIORI, M.; AMANTINO, M. **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2013. pp. 245-266.

SCHWARCZ, L. M. Biografia como gênero e problema. **História Social**, Campinas, n. 24, 2013, pp. 51-73.

SEVCENKO, N. **Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIQUEIRA, L. F. de; MOUCHEREK, C. M. B.; ROCHA, T. A. Fria e Seca: a melancolia em São Paulo nos diagnósticos de Antônio Carlos Pacheco e Silva (1920-1940). **Revista Espacialidades**, Natal, v. 17, n. 1, pp. 292-316, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/issue/view/1096> . Acesso em: 27 jun. 2021.

SIQUEIRA, L. F. de L.; ROCHA, T. A. Antônio Carlos Pacheco e Silva: trajetória histórica e intelectualidade médica paulistana. **Revista Vernáculo**, Curitiba, n. 46, pp. 57-73, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/issue/view/3006> . Acesso em: 27 jun. 2021.

SOUZA CAMPOS, P. F. de. Entre Médicos e Advogados: a teoria da degeneração da raça. In: RIGONATTI, S. P.; ANDRADE, M; L. C. de. **Psiquiatria Forense e Cultura**. São Paulo: Vetor, 2009. pp. 123-166.

SOUZA CAMPOS, P. F. de. **Os Crimes de Preto Amaral**: representação da degenerescência em São Paulo 1920. Doutorado, PPGH-UNESP/Assis, São Paulo, Brasil, 2003.

SOUZA CAMPOS, P. F. de; OGUISSO, T. **Enfermagem no Brasil**: formação e identidade profissional pós-1930. São Paulo: Yendis, 2013.

STEARNS, P. N.; STEARNS, C. Z. Emotionology: Clarifying the History of Emotions and Emotional Standards. **The American Historical Review**, v. 90, n. 4, p. 813-836, 1985 Disponível em: <https://academic.oup.com/ahr/article-abstract/90/4/813/86586>. Acesso em: 31/07/2020.

TARELOW, G. Q. **Antônio Carlos Pacheco e Silva**: psiquiatria e política em uma trajetória singular (1898-1988). Doutorado, PPGSP-FM-USP, São Paulo, Brasil, 2018.

TARELOW, G. Q. **Entre Comas, Febres e Convulsões**: os tratamentos de choque no Hospital do Juquery (1923-1937). Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013.

TARELOW, G. Q.; MOTA, A. Eugenia, organicismo e esquizofrenia: diagnósticos psiquiátricos sob a lente de Antônio Carlos Pacheco e Silva, nas décadas de 1920-40. **Dimensões**. Espírito Santo, n. 34, pp. 255-279, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/11118> . Acesso em: 15 mai. 2020.

TAVOLARO, J. E. M. Homossexualidade feminina e a construção obscura da (a)normalidade: um estudo de caso psiquiátrico na São Paulo da década de 1930. **Revista Pluralistas**, São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 41-55, 2018. Disponível em: <https://cisges.com/revista-pluralistas/edicoes/> Acesso em: 27 jun. 2021

WEINSTEIN, B. Racializando as diferenças regionais: São Paulo X Brasil, 1932. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 13, n. 16, pp. 281-303, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/133/177>. Acesso em: 20 fev. 2020.